

Referências das Rotinas Administrativas da Central de Assessoramento Criminal

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-CAC-002 – Coordenar a Central de Assessoramento Criminal

Com vigência a partir de 20/10/2014

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Código de Processo Penal;

Código Penal e Leis Penais Especiais;

Código de Organização de Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (C.O.D.J.E.R.J.);

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça;

Ato Executivo nº 1831/2009 - Institui a Central de Assessoramento Criminal, alterado pelos Atos Executivos Conjuntos nº 02 e 10/2011 e Ato Executivo nº 695/2011;

Resolução TJ/OE nº 17/2012 – Cria a Central de Assessoramento Criminal por transformação da Central de Inventariante, Depositário e Liquidante da Comarca de Angra dos Reis.

RAD-CAC-003 – Receber e Encaminhar Documentos

Com vigência a partir de 20/10/2014

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Código de Processo Criminal;

Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro;

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça – Serviços Judiciais;

Manual do Usuário Distribuição e Controle de Processos (DCP);

Ato Executivo nº 1831/2009 - Institui a Central de Assessoramento Criminal, alterado pelos Atos Executivos Conjuntos nº 02 e 10/2011 e Ato Executivo nº 695/2011;

RAD-CAC-004 – Processar

Com vigência a partir de 20/10/2014

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Código de Processo Penal;

Consolidação Normativa CGJ - Serviços Judiciais;

Ato Normativo TJ nº 30/2009 – Estabelece normas e orientações para o cadastramento de usuários na forma presencial com vistas ao acesso aos autos e prática de atos em processo eletrônico, conforme disposto no art. 1º, §2º, inciso III, alínea “a” da Lei nº 11.419 de 19 de dezembro de 2006, e dá outras providências;

Resolução CNJ nº 108/2010 – Dispõe sobre o cumprimento de alvarás de soltura e sobre a movimentação de presos do sistema carcerário, e dá outras providências;

Aviso CGJ nº 206/2010 - Avisa as serventias com atribuição criminal, que as intimações de qualquer natureza, de acusados que se encontram custodiados, deverão ocorrer obrigatoriamente no local de acautelamento do preso, mediante expedição do respectivo mandado, e dá outras providências;

Aviso CGJ nº 492/2010 - Avisa as Varas com competência criminal que a comunicação da revogação de prisão à POLINTER deverá ser efetuada através de ofício em duas vias para a unidade, constando o nº do processo, o nome do réu/indiciado e a razão de não ser mais necessário o cumprimento do mandado de prisão, e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº 14/2010 - Dispõe sobre a regulamentação do registro dos depoimentos das partes, do investigado, indiciado, autor do fato, ofendido e testemunhas pelos meios ou recursos de gravação digital audiovisual no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Manual do Usuário Distribuição e Controle de Processos (DCP);

Ato Executivo nº 1831/2009 - Institui a Central de Assessoramento Criminal, alterado pelos Atos Executivos Conjuntos nº 02 e 10/2011 e Ato Executivo nº 695/2011;

Resolução TJ/OE nº 17/2012 – Cria a Central de Assessoramento Criminal por transformação da Central de Inventariante, Depositário e Liquidante da Comarca de Angra dos Reis.

RAD-CAC-005 – Digital Documentos

Com vigência a partir de 20/10/2014

Consolidação Normativa CGJ - Serviços Judiciais;

Manual do Usuário Distribuição e Controle de Processos (DCP);

Ato Executivo nº 1831/2009 - Institui a Central de Assessoramento Criminal, alterado pelos Atos Executivos Conjuntos nº 02 e 10/2011 e Ato Executivo nº 695/2011;

Resolução TJ/OE nº 17/2012 – Cria a Central de Assessoramento Criminal por transformação da Central de Inventariante, Depositário e Liquidante da Comarca de Angra dos Reis.

Resolução nº 108 de 06/04/2010 do Conselho Nacional de Justiça - Dispõe sobre o cumprimento de alvarás de soltura e sobre a movimentação de presos do sistema carcerário, e dá outras providências.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Secretaria-Geral de Administração

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br